



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	Mãe doadora: sentimentos e percepções subjacentes ao ato da entrega
Autor	ÂNGELA ROOS CAMPEOL
Orientador	SAMARA SILVA DOS SANTOS
Instituição	Universidade Federal de Santa Maria

Atualmente, muito se tem abordado sobre a adoção, que visa a garantir o direito da criança de crescer e ser educada por uma família. Nessa perspectiva, há um grande interesse nas crianças e adolescentes adotados, bem como nos adotantes. Contudo, poucos estudos têm contemplado a família que entrega o filho para adoção, principalmente, a partir do horizonte da mulher que renúncia a experiência da maternidade. Acredita-se que essa carência esteja atrelada a idealização social da maternidade, que atribui a todas as mulheres a capacidade natural e biológica de amar sem restrições a criança que concebeu. Assim, as mulheres que recusam assumir esse compromisso são rotuladas como transgressoras de um imperativo instintual para amar e cuidar de sua filiação, sem que se busque a compreensão dos motivos implicados no ato. Com isso, a invisibilidade social e o desamparo dessas “mães doadoras ou desistentes” são potencializados. A significação atribuída a um filho perpassa sentimentos e expectativas sócio-afetivas e financeiras que influenciarão no destino do bebê, e que merecem ser consideradas antes de se denominar pejorativamente tais mulheres. Além do mais, em virtude das prerrogativas da Nova Lei da Adoção (nº 12.010), que visa acompanhamento psicológico e acolhimento às mães que manifestam o interesse em entregar o filho para adoção, se torna relevante discutir esse tema, uma vez que, são questões que impulsionam que essas mulheres superem a invisibilidade. Neste sentido, o presente estudo qualitativo e descritivo teve por objetivo, a partir de um estudo de caso, compreender as circunstâncias que envolvem a entrega da criança, tendo em vista que pouco se conhece sobre os fatores psicológicos e as repercussões da adoção para a mãe. Para tanto foi realizada uma entrevista semi-estruturada, com uma mulher de 45 anos de idade, que vive em uma relação conjugal estável, da qual teve quatro filhos e desses dois foram doados. A primeira filha entregue ficou sob os cuidados da família ampliada e o bebê da última gestação foi entregue ao Juizado da Infância e da Juventude no ano de 2013, sendo que a entrevista concentrou-se na última doação, por assumir explicitamente os sentimentos subjacentes ao ato. O encontro foi realizado em uma sala do Departamento de Psicologia/UFSM com duração de aproximadamente uma hora, sendo gravado e posteriormente transcrito para análise de seu conteúdo. O projeto foi precedentemente aprovado pelo CEP/UFSM, via Plataforma Brasil (CAAE 20284913.2.0000.5346) e todos os preceitos éticos em pesquisa com seres humanos foram respeitados, conforme prevê na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Com isso, o que se constatou foi que para além das dificuldades financeiras, o que implicou na decisão da entrega foram aspectos psicológicos, como o sentimento de incapacidade de cuidar e oferecer um ambiente saudável para o desenvolvimento da criança. Tais sentimentos emergiam perante o sofrimento e ansiedades gerados pelos episódios de surto psicótico de sua filha mais velha, que era dependente química e que exigia um cuidado especial. No entanto, a impossibilidade de estar disponível para o bebê não excluiu a presença do amor materno, pois a decisão do casal pela doação ocorreu com o intuito de protegê-lo e com a preocupação de entregar para alguém que cuidaria bem da criança. A análise da entrevista revelou que a decisão sobre a entrega não foi o único momento delicado nesse processo. Ao reafirmar essa decisão no contexto hospitalar, a mãe relatou falta de sensibilidade por parte das profissionais da enfermagem, que mostraram recusa para aceitar e respeitar a sua decisão. Segundo a participante, essa postura profissional, teve efeito complicador devido aos julgamentos discriminatórios disseminados pelo ambiente hospitalar. Contudo, a presença do conselheiro tutelar foi *sine qua non* para o trâmite do processo, ao proporcionar a mãe momentos de elaboração e amenização de seu sofrimento ao acompanhar, acolher e oferecer-lhe informações sobre o que estava experienciando. Enfim, com esse estudo buscou-se lançar luz sobre essa problemática tão pouco explorada cientificamente no Brasil. E constatou-se que se trata de um assunto complexo e perpassado por questões singulares. Espera-se poder discutir ações que contemplem os sentimentos dessas mulheres, além de servir como informativo, tanto para sociedade como para os profissionais, que se valem de julgamentos estereotipados.